

Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1587 | 9 A 14 DE SETEMBRO DE 2019

www.bancariosce.org.br

[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)

[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)

[seebce](https://www.facebook.com/seebce)

[85 99129 5101](https://api.whatsapp.com/send?phone=85991295101)

GRITO DOS EXCLUÍDOS PROTESTA CONTRA O GOVERNO BOLSONARO NO DIA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

A caminhada aconteceu dia 7/9, na Praia do Futuro, e protestou contra os ataques à classe trabalhadora e em defesa da soberania **(pág. 3)**



VEM AÍ MAIS UMA ONDA DE ATAQUES À CLASSE TRABALHADORA

O governo de Bolsonaro estuda apresentar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para acabar com a estabilidade dos servidores, reduzir jornadas de trabalho e salários. O objetivo é driblar uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e um artigo da Constituição. O STF declarou a inconstitucionalidade do artigo 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que prevê a redução da jornada e dos salários de servidores quando os gastos alcançarem o teto de 60% do orçamento. Já a estabilidade dos servidores públicos está garantida no artigo 41 da Constituição.

A proposta da PEC tem apoio de parte do Congresso Nacional. Os ataques ao serviço público do país são vistos como parte de uma política entreguista e neoliberal que quer criminalizar o servidor público, para que a população acredite que é melhor privatizar e vender tudo. Querem passar uma imagem de que os servidores públicos são privilegiados, detentores de altos salários, que não trabalham e atendem mal a população, mas como atender bem se toda a estrutura pública passa por um desmonte para ser vendida e atender aos interesses do mercado financeiro? O cidadão que precisa do atendimento público acaba xingando e fica bravo, mas não entende que o servidor é tão vítima como ele, por falta de uma mínima condição para exercer sua função com qualidade.

Com um orçamento extremamente limitado, a prioridade desse governo é utilizar os recursos arrecadados para garantir o rendimento dos capitais especulativos, e para isso ataca os direitos dos trabalhadores, diminui as políticas públicas e a sociedade fica entregue à sua própria sorte.

O que está em curso é uma ruptura com os pactos confirmados no século 20, como os da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), do governo de Getúlio Vargas, da Constituição de 1988 e do "Lulismo", que desenharam o Estado pela lógica da ampliação dos direitos e da universalização das políticas públicas. Após o golpe de 2016, transformaram a estrutura do Estado brasileiro para atuar em defesa do mercado financeiro e para uma fiscalização moral e ideológica da sociedade. Nem durante a ditadura ou até mesmo no período do neoliberalismo dos anos 1990 se agiu tão radicalmente nesse sentido.

Essa política ultraconservadora e neoliberal engessa e impossibilita o Estado de implantar políticas públicas. É o colapso do atendimento básico como serviços da saúde, educação e assistência social. O Estado deixou de ser mediador e agora arbitra em favor dos mais ricos, deixando de defender os direitos dos mais pobres.

Todas essas ações só mostram um discurso ideológico que quer induzir a opinião pública e dificultar a percepção de que se trata de um desmonte do país e da própria sociedade. A médio prazo isso criará um verdadeiro colapso social.

Mas os trabalhadores estão reagindo a esses ataques. A última pesquisa Datafolha já mostra que a maioria da população rejeita Bolsonaro. O povo está acordando, sabe que foi vítima de uma eleição ganha por meio da mentira, das fake news e manipulações. O povo também sabe que este governo não tem nenhuma proposta de desenvolvimento com geração de emprego e renda e justiça social.

E nós, dos movimentos sociais e sindicais, não sairemos das ruas. Unidos, os trabalhadores derrotarão esse projeto entreguista e retomaremos o rumo do país para construirmos o Brasil que queremos, com distribuição de renda e justiça social para todos!



*Carlos Eduardo,
presidente do Sindicato
dos Bancários do Ceará*



www.bancariosce.org.br



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



85 99129 5101

Home Page: www.bancariosce.org.br – Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone geral : (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194

Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60020.001 – Fortaleza – Ceará

Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Diretor de Imprensa: Marcos Aurélio Saraiva Holanda – Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP

Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Impressão: Expressão Gráfica – Tiragem: 5.000 exemplares



GRITO DOS EXCLUÍDOS

BANCÁRIOS PROTESTAM CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E EM DEFESA DA AMAZÔNIA

A 25ª edição do Grito dos Excluídos aconteceu no sábado, dia 7 de setembro, reunindo uma multidão na Praia do Futuro, em Fortaleza. A manifestação é realizada anualmente por movimentos populares no Dia da Independência do Brasil. Neste ano, o movimento denunciou os crimes socioambientais e os ataques aos direitos dos trabalhadores promovidos desde a derrubada da presidenta eleita Dilma Rousseff em 2016.

Com o lema “Este Sistema não Vale!”, o Grito dos Excluídos de 2019 saiu da Escola Frei Tito de Alencar e percorreu as principais ruas e avenidas do bairro até as proximidades da praça Dom Helder Câmara, onde foi realizado o encerramento do protesto. O Sindicato dos Bancários do Ceará participou do evento. O ato aconteceu em mais de 160 cidades brasileiras.

Durante a caminhada, os manifestantes lembraram a tragédia ocorrida em Brumadinho e gritaram palavras de ordem contra os cortes de verbas na educação, os ataques à classe trabalhadora e em defesa da região amazônica.

A primeira edição do Gritos dos Excluídos foi realizada em 7 de setembro de 1995, uma iniciativa das pastorais sociais da igreja católica. O tema principal se relacionava com o da Campanha da Fraternidade – “Eras Tu, Senhor”, voltado aos esquecidos da sociedade. Este ano, o tema fez uma crítica à conjuntura política e econômica.



CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

BANCO LUCRA R\$ 8,1 BILHÕES NO 1º SEMESTRE DE 2019

“O lucro obtido pelo banco reforça a importância da Caixa para o Brasil e os brasileiros. Mas ao mesmo tempo, temos a direção do banco realizando cortes de pessoal e de unidades. O Brasil precisa de uma Caixa forte e presente, não o contrário. A atuação do banco tem sido essencial para promover o desenvolvimento econômico e social do país”

Marcos Saraiva, diretor do Sindicato e da Fenae



Conforme balanço divulgado dia 3/9, a Caixa Econômica Federal apresentou lucro líquido contábil no primeiro semestre de 2019 de R\$ 8,132 bilhões, o que representa um aumento de R\$ 22,2% em relação ao mesmo período de 2018. Os números apresentados pela direção do banco demonstram também retração na oferta de crédito para pessoa física e jurídica.

Segundo o banco, o aumento do lucro foi gerado, principalmente, pela evolução de 6,3% da margem financeira, pela redução de 12% nas despesas de PDD (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa), e pelo aumento de 1,2% nas receitas de prestação de serviços. A rentabilidade permaneceu em 15,6%, com queda de 2,3% em relação a junho de 2018. As receitas de prestação de serviços e com tarifas bancárias cresceram 1,2%, totalizando R\$ 13,2 bilhões.

A carteira de crédito ampliada atingiu R\$ 682,4 bilhões, com queda de 1,9% em doze meses. O balanço reforça a política adotada pela Caixa no último período de diminuição do crédito, menos investimentos no país e aumento de tarifas. Parte do

lucro do semestre é resultado da venda de ativos. O Brasil precisa de um banco público pleno, sem fatiamento, com foco na melhoria da qualidade de vida da população, essa é a Caixa queremos.

PLR – A Caixa pagou, também no dia 3/9, a antecipação do pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR). O anúncio foi feito depois da CEE/Caixa cobrar, em mesa de negociação permanente realizada no dia 27/8, que a Caixa antecipasse a 1ª parcela da PLR, assim como a PLR Social. De acordo com a CCT dos bancários, os bancos têm até 20/9 para pagar. A PLR na Caixa é composta, além da regra básica e da parcela adicional previstas na CCT, pela PLR Social, conquista dos empregados na campanha de 2010. A PLR Social é a distribuição linear de 4% do lucro líquido a todos os empregados. Na Caixa, é antecipado 50% do valor da PLR na primeira parcela (levando a projeção de lucro em consideração). A primeira parcela da PLR 2019 virá com correção da inflação (no período entre 1º de setembro de 2018 e 31 de agosto de 2019), mais 1% de aumento real.

BANCO DO BRASIL: SETEMBRO É “MÊS DE DEFESA DA CASSI”

Bancários de todo o país estão realizando uma série de atividades nas agências e departamentos do Banco do Brasil em defesa da Cassi, que sofre diversos ataques do governo federal.

“É importante mostrarmos para os funcionários do banco e, principalmente, para os associados da Cassi, o que está acontecendo com nossa Caixa de Assistência, com intervenção da ANS, aumento dos valores de coparticipação e o risco iminente de liquidação do nosso plano de saúde”, explicou o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga.

As atividades fazem parte do calendário definido durante o 30º Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, nos dias 1º e 2/8. Serão reuniões específicas nos locais de trabalho e plenárias para aprofundamento das ações em defesa da Cassi. As atividades culminarão com encontros estaduais/regionais e o Encontro Nacional de Saúde dos Funcionários do BB, que ocorrerá no dia 28 de setembro, em São Paulo.

ATAQUES À CASSI – Em junho, o Conselho Deliberativo da Cassi aprovou novo aumento na coparticipação sobre exames e consultas. Os associados passam a ter que pagar 50% do valor de consultas de emergência, ou não, sessões de psicoterapia e acupuntura e visitas domiciliares, e 30% dos serviços de fisioterapia, RPG, fonoaudiologia e terapia ocupacional que não envolvam internação hospitalar. Os aumentos da coparticipação estavam condicionados ao aporte de recursos pelo BB na Cassi. Mas, até o momento o banco não se manifestou. Por isso, não houve o reajuste. Desde julho, a Cassi está sob intervenção da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que nomeou uma interventora ligada ao mercado de saúde privada, alinhada ideologicamente com o mercado e com histórico de liquidação de planos de saúde no currículo. Tal indicação é uma mostra de que a Cassi está na mira do governo federal e pode ir à liquidação.

Precisamos nos unir e nos mobilizar pela manutenção dos nossos direitos em saúde.

BRADESCO**BANCO LANÇA NOVO PDV E SINDICATO REALIZA PLENÁRIA PARA TIRAR DÚVIDAS DOS FUNCIONÁRIOS**

O Sindicato dos Bancários do Ceará realiza no próximo dia 17 de setembro, a partir das 18h30, na sede da entidade (Rua 24 de Maio, 1289 – Centro), uma plenária com os funcionários do Bradesco para sanar as dúvidas sobre o novo plano de demissão voluntária lançado pelo banco no último dia 29/8.

Mesmo depois de negar aos representantes dos trabalhadores, em reunião realizada dia 20 de agosto, que tivesse intenção de realizar um novo plano, o banco divulgou através de comunicado os requisitos para os trabalhadores que querem aderir.

São elegíveis ao PDV, trabalhadores que tenham 20 anos ou mais de vínculo com o banco, em departamentos ou empresas coligadas, ou 10 anos para os lotados nos departamentos DOC e Telebanco. E ainda: aposentados ou que tenham os requisitos para se aposentar; dirigentes sindicais, cipeiros e outros que tenham estabilidade; reintegrados ou aposentados por invalidez que retornaram ao trabalho.

“Estaremos realizando essa plenária para tentar esclarecer todos os pontos do novo plano. Nós orientamos a todos os trabalhadores que façam cuidadosamente as contas sobre a proposta, adequada a cada realidade, e tome a decisão de aderir ou não com sabedoria. Em caso de dúvida, procure um diretor do Sindicato ou a própria entidade através do telefone (85) 3252-4266”

Robério Ximenes, diretor do Sindicato e funcionário do Bradesco



Os funcionários da rede de agências não podem participar do PDV, com exceção dos bancários de agências que se enquadrarem, até 31 de agosto de 2019, em algumas das situações citadas acima (aposentados ou que já podem se aposentar; dirigentes sindicais, cipeiros e outros com estabilidade; reintegrados ou aposentados por invalidez que retornaram ao trabalho) até 31 de agosto de 2019. O prazo para

adesão é até 16 de outubro.

Como incentivo, o Bradesco oferece o pagamento de 60% do salário de set/19 por ano trabalhado, limitado a 12 salários do funcionário, além de 18 meses de plano de saúde e seis meses de auxílio cesta alimentação na modalidade vale-alimentação. Além disso, pagará todas as verbas rescisórias, inclusive os 40% sobre o saldo do FGTS e PLR proporcional já garantidos pela CCT 2018/2020.

APROVEITE AS VANTAGENS DA NOSSA PARCERIA COM A UNIMED FORTALEZA

A Unimed Fortaleza, através de parceria com o Sindicato dos Bancários do Ceará, oferece planos especiais para os associados da entidade e seus dependentes.

Os planos ofertados são sem participação, sendo Multiplan/Cobertura Nacional (apartamento/enfermaria) e Uniplano Cobertura Estadual (apartamento/enfermaria), com preço especiais para os associados do Sindicato e seus dependentes (com relação de até 60% do valor de mercado).

A Unimed Fortaleza dispõe de uma rede credenciada com 11 laboratórios e clínicas e ainda com atendimento nos hos-

pitais São Camilo, Uniclínic, São Raimundo, SOS, Leiria de Andrade, IOF, ICC, Hospital Menino Jesus, Hospital da Criança e SO-PAI. O Uniplano tem uma rede credenciada com mais de 2.000 médicos cooperados para consultas, além de toda a rede citada acima. Já o Multiplan tem 4.000 médicos cooperados em Fortaleza e, além da rede acima, oferece ainda atendimento nos hospitais São Mateus, São Carlos, Gênese, Otoclínica, Gastroclínica e os laboratórios Emílio Ribas, Pasteur e Clementino Fraga.

Os interessados em aderir a essa parceria devem comparecer ao Sindicato com os seguintes documentos: RG, CPF, comprovante de residência, certidão de

casamento/declaração de união estável (cônjuge) e para dependentes: RG, CPF, documento que comprove o vínculo. Podem ser dependentes: cônjuge, filhos, netos, genros, noras, enteados, cunhados, sobrinhos, irmãos até 38 anos, independente da escolaridade ou estado civil. Além disso podem ser incluídos ainda filhos com invalidez permanente, mediante comprovação de órgão oficial e filhos adotivos, enteados e tutelados até 38 anos, mediante a devida comprovação legal.

Mais esclarecimentos: (85) 3252 4266 ou 85 9.8956 6592 (whatsapp), falar com Najara.

AÇÃO SINDICAL

PLENÁRIA ELEGE DELEGADOS AO 4º CONGRESSO NACIONAL DA CSP-CONLUTAS

O Sindicato dos Bancários do Ceará convida toda a categoria a participar de uma plenária que acontece na próxima quarta-feira, dia 11 de setembro, para debater e eleger os(as) delegados(as) para o 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas. A reunião acontece a partir das 18h30, na sede do Sindicato (Rua 24 de Maio, 1289 – Centro).

O 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas será realizado no período de 3 a 6 de outubro, no Clube Adler, em Vinhedo (SP), com o tema Unidade e Independência de Classe pra Lutar contra Bolsonaro e seus Ataques.

A atividade de instância máxima CSP-Conlutas se realizará em um momento importante da luta dos(as) trabalhadores(as), que vêm sendo duramente atacados pelo governo ultraconservador e de ultradireita de Bolsonaro. Um governo que em pouco mais de oito meses de mandato vem procurando acabar com a educação pública; com as aposentadorias; com o trabalho regulamentado; incentiva a invasão de terras indígenas pelo agronegócio permitindo que matem os povos indígenas; condecora exército e polícia militar que estão liberados para matar o povo das periferias, das favelas, principalmente o povo negro, e dá carta



“Convidamos todos a participar dessa plenária no próximo dia 11/9, para discutir o Congresso. Esse é um momento muito importante para os bancários debaterem a sua participação no movimento e nas lutas que os trabalhadores estão travando, como a Reforma da Previdência, a defesa da Amazônia que o governo Bolsonaro está tentando acabar e entregar aos madeireiros e exploradores de minérios. É muito importante que todos nós nos engajemos nessas lutas. A CSP-Conlutas agora faz parte da diretoria do Sindicato e esperamos contar com a presença de todos para fazer parte desse debate”
Fernando Saraiva, diretor do SEEB/CE e aposentado do Banco do Brasil

branca para desmatamento destruindo o meio ambiente, como vêm acontecendo na Amazônia, tema que ganhou destaque negativo internacional. O governo Bolsonaro incentiva ainda a homofobia, o racismo e o machismo, fomentando a violência contra mulheres, LGBTs e negros e negras das periferias e favelas.

Diversas categorias de trabalhadores já estão realizando suas assembleias e confirmando sua participação no Con-

gresso, como Petroleiros, metalúrgicos, servidores públicos federais, estaduais e municipais, profissionais da educação básica e superior, profissionais da saúde, trabalhadores do setor de transporte, como rodoviários e metroviários, químicos, bancários, operários da construção civil, trabalhadores rurais, agricultores familiares, urbanitários, comerciários, oposições sindicais, movimentos de luta por moradia, assentamentos e outros.

MP 881: BANCOS CONTINUAM PROIBIDOS DE ABRIR AOS SÁBADOS

O Senado revisou dia 3/9 a redação final do texto da MP 881 (alterado para PLV 17/2019 após a aprovação na Câmara dos Deputados). Foi retirada do texto a revogação da Lei 4.178/62 (bancários), que proíbe a abertura dos bancos aos sábados. Com isto, a lei permanece em vigor e os bancos somente podem abrir agências de segunda a sexta-feira.

A revisão aconteceu depois que o senador Jaques Wagner (PT/BA), alertado pela CUT, apontou erro material no texto, uma vez que foi acolhido o requerimento de supressão sobre os dispositivos que tratavam do trabalho aos domingos e feriados, que também deveriam ter sido considerados como não escritos nos dispositivos revogados sobre o tema. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), acatou a questão de ordem apresentada pelo senador petista. “Por

isso, é importante saber em quem a gente vota. São nestas horas que conseguimos perceber quem está ao lado e atento para defender os direitos do trabalhador”, disse a presidenta da Contraf-CUT, Juvandina Moreira.

Assim, foram suprimidos da MP 881, no formato em que foi aprovada pelo plenário, em 21/8, o PLV 21/19, as seguintes revogações: os parágrafos 1º e 2º dos artigos 227 e 319 da CLT (professores e empregados de empresas de telefonia); os artigos 6º, 6ºA e 6ºB da Lei 10.101/00 (comerciários); o artigo 1º da Lei 4.178/62 (bancários); e os artigos 8º, 9º e 10º da Lei 605/49 (repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos). A CCT dos Bancários e, principalmente, o artigo 224 da CLT garantem o repouso da categoria, além dos domingos, também aos sábados.

“Não é apenas uma questão trabalhista. Permitir a abertura dos bancos aos sábados é aumentar a pressão sobre os trabalhadores e o risco de adoecimento da categoria, que já é uma das que possui os maiores índices de afastamentos para tratamento de depressão e outros transtornos mentais e de lesões por esforços repetitivos (LER). Esta é uma conquista histórica do movimento sindical”
José Eduardo Marinho, diretor do Sindicato e funcionário do BB



ITAÚ

FUNCIONÁRIOS VIVEM CLIMA DE TERROR NAS AGÊNCIAS

Empresa mais lucrativa do país, o Itaú está instalando um clima de terror por causa da reforma trabalhista, do avanço da automação dos processos e do plano de demissão voluntária. Os bancários estão inseguros e adoecendo por causa das mudanças.

A reforma trabalhista, que prometeu “modernizar” as relações de trabalho e criar seis milhões de empregos, está gerando apenas precarização e insegurança no mercado de trabalho e também no Itaú. A nova lei legalizou a terceirização sem restrições e a pejetização – contratação de empregados em regime Pessoa Jurídica. E o Itaú está se valendo amplamente dessa “flexibilização” para reduzir os seus custos trabalhistas e aumentar ainda mais os seus lucros estratosféricos.

Os contratados como terceirizados e pessoas jurídicas dividem o mesmo espaço de trabalho dos bancários e têm acesso aos mesmos sistemas. E muitos desses trabalhadores terceirizados e pejetizados estão acionando os Sindicatos para questionar as condições vulneráveis que eles enfrentam, porque ganham menos do que os bancários, executam as mesmas funções, são cobrados da



“Todo esse cenário instalou um verdadeiro clima de terror. O ambiente organizacional está muito pesado. Muitos

trabalhadores estão adoecendo emocionalmente porque não sabem até quando terão emprego”

Ribamar Pacheco, diretor do Sindicato e representante da Fetraf/NE na COE Itaú

mesma forma e não possuem os mesmos direitos e conquistas. E ainda levam o rótulo de trabalhadores ‘terceirizados’. Isso também tem gerado um ambiente de competitividade agressiva entre os bancários e os terceirizados para ver quem vai ser demitido.

AUTOMAÇÃO – Mas não é só com a terceirização e a pejetização que o Itaú busca aumentar seus lucros por meio da redução dos custos trabalhistas. O banco está investindo pesado na automação. E essa outra modernidade está sendo implantada de uma forma cruel: consultores são contratados pelo banco para seguir a rotina de trabalho nos departamentos a fim de observar processos que podem ser automatizados. A função do consultor é sugerir um sistema que faça todas essas consultas de forma robotizada. Esse processo está criando um clima de muita preocupação entre os trabalhadores porque eles não sabem se no dia seguinte perderão o emprego para um sistema.

PDV – Para completar, o Itaú abriu um Plano de Demissão Voluntária que pretende dispensar 6,7 mil empregados. E os critérios do PDV deixam claro os perfis de trabalhadores que o banco quer eliminar: aqueles com mais de 55 anos de idade; que tenham apresentado algum tipo de afastamento médico, físico ou psiquiátrico; cipeiros e dirigentes sindicais.

CONVÊNIO: CONTEXTO EDUCACIONAL OFERECE DESCONTOS EM PREPARATÓRIO A CONCURSO DA PM

O convênio firmado entre o Sindicato dos Bancários do Ceará e o curso Contexto Educacional oferece aos bancários sindicalizados e dependentes 50% de desconto para o Curso Preparatório ao Concurso da Polícia Militar do Ceará.

O curso tem início no próximo dia 23/9, com aulas de segunda a sábado. São três turmas disponíveis: Turma 1 (manhã), das 08h30 às 11h30; Turma 2 (noite), de 18h45 às 21h45; Turma 3 (sexta-feira, das 18h45 às 21h45 e sábado, de 08h30 às 16h30).

No dia 22/9 (domingo) será realizado uma Aulão Beneficente com a participação de todos os professores do curso preparatório. A entrada será 1 kg de alimento não perecível.

As inscrições podem ser feitas pelos telefones: 85 98960.0711 – 85 98904.7069 – 85 98640.0093. Acesse também o site: www.contextosolucoes.com ou o instagram: @contextoeducacional.

SEJA UM POLICIAL MILITAR

PREPARATÓRIO PARA CONCURSO

Matricule-se já!
DESCONTOS DE ATÉ 50% PARA BANCÁRIOS E DEPENDENTES

PROF. ROBSON PORTUGUES

PROF. TICYANO LAVOR ATUALIDADES

PROF. NETO FONTENELE PORTUGUES

PROF. ROSALDO JUNIOR DIREITO CONSTITUCIONAL

PROF. AUGUSTO CÉSAR INFORMÁTICA

PROF. OSVALDO OLÍMPIO DIREITO CONSTITUCIONAL

AULAS DE SEGUNDA A SÁBADO

PROFESSORES COM AMPLA EXPERIÊNCIA

INÍCIO DO CURSO
23 DE SETEMBRO

LOCAL: SEDE DA UNIQ
END.: AV. JOÃO PESSOA, 5772 - DAMAS

contexto educacional
cursos e concursos

UNIQ
Faculdade de Quercorrãon

85 98640.0093 / 85 98960.0711 / 85 98904.7069
INSCREVA-SE: www.contextosolucoes.com

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL**SINDICATO PARTICIPA DE INTEGRAÇÃO
COM NOVOS FUNCIONÁRIOS DO BNB**

Na última quarta-feira, dia 4/9, o Sindicato dos Bancários do Ceará marcou presença no seminário de integração dos novos funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Representaram a entidade os diretores Carmen Araújo, Pedro Moreira e Bosco Mota, que falaram sobre a importância do Sindicato na luta em defesa da categoria e fizeram uma breve análise da conjuntura política e econômica atual.

No final de agosto, a direção do BNB anunciou a efetivação de 112 aprovados no concurso público realizado em dezembro de 2018, sendo 80 analistas bancários para suprir a rede de agências e 32 para a área de Tecnologia da Informação (TI), no Centro Administrativo do Passaré. O concurso tem validade até 2020.

A convocação desses novos funcionários decorre de compromisso acertado com a Contraf-CUT e sindicatos de manter a dotação de pessoal autorizada pelo governo federal sempre no limite máximo. Esse total de 112 novos funcionários envolve também a reposição de 25% dos colegas que aderiram ao último Programa de Incentivo ao Desligamento.

O concurso 2018 teve o edital divulgado com um total de 700 vagas nos cargos de Especialista Bancário e Analista Bancário. A luta do Sindicato é pela convocação dos demais 588 aprovados neste concurso e pela realização de novos concursos públicos pelo BNB, como forma de fortalecer ainda mais a atuação da entidade. O Banco tem se comprometido a seguir fazendo novas convocações.



“É importante que os novos funcionários compreendam desde o primeiro momento em que ingressam no Banco que é preciso fortalecer o Sindicato. A luta por direitos e conquistas tem que ser coletiva. Daí a necessidade de todos se juntarem ao Sindicato a fim de alcançarem seus objetivos de crescimento e valorização profissional”
Carmen Araújo, diretora do Sindicato e funcionária do BNB

Fim da estabilidade

O governo estuda a possibilidade de encaminhar ao Congresso Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para alterar as regras de estabilidade para servidores públicos. A estabilidade é matéria constitucional e, por isso, qualquer mudança demandaria uma PEC. O tema faz parte dos assuntos que estão sendo debatidos pela equipe econômica do governo federal em meio à sua avaliação de que o peso do Estado é excessivo para as contas públicas.

Fim da pesquisa

A Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) anunciou dia 2/9 o corte de mais 5.613 bolsas de mestrado e doutorado. Com a medida do governo Bolsonaro, nenhum novo pesquisador vai ser financiado neste ano. Trata-se do terceiro anúncio de retirada de bolsas em 2019. Em oito meses, a gestão Bolsonaro extinguiu 11.811 bolsas de pesquisa financiadas pela Capes, o equivalente a 12% das 92.253 bolsas de mestrado e doutorado financiadas no início do ano. Com a medida, deixarão de ser investidos em pesquisa neste ano R\$ 37,8 milhões. O CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), também já anunciou que não tem dinheiro para pagar 84 mil bolsistas a partir deste mês. O déficit é de R\$ 330 milhões no ano.

Fim das Políticas Sociais

A luta por moradia popular sofreu dois duros golpes na última semana. O primeiro foi o cancelamento de duas portarias que previam a destinação de verbas federais para a construção de 35 mil unidades habitacionais no país todo. O segundo veio com a Proposta de Lei Orçamentária (PLOA) de 2020, encaminhada pelo governo para o Congresso. Ela prevê a redução de 41% nas verbas do programa “Minha Casa, Minha Vida” (MCMV), o que equivale a um corte de R\$ 1,9 bilhão. Se aprovada a PLOA, apenas R\$ 2,7 bilhões serão destinados ao programa ano que vem. De 2009 a 2018, a média anual orçamentária do MCMV foi de R\$ 11,3 bilhões.